

Reforma laboral en México, ¿Solución a la justicia social?

Reforma trabalhista no México, Solução para a justiça social?

María del Rocío García Sánchez

Universidad Autónoma de Guerrero, México

mrociogsz@yahoo.com.mx

Joaquín Reyes Añorve

Universidad Autónoma de Guerrero, México

joaquin.reyes94@yahoo.com.mx

Timoteo Antúnez Salgado

Universidad Autónoma de Guerrero, México

timoteoantunez@yahoo.com

Guadalupe Godínez Alarcón

Universidad Autónoma de Guerrero, México

cenself12@hotmail.com

Alejandro Silva González

Universidad Autónoma de Guerrero, México

dr.asg@hotmail.com

Resumen

La crisis de la economía mundial desde la década de los años setenta hizo necesario hacer reformas estructurales a nivel global. Los países latinoamericanos, en la década de los años noventa, idearon una serie de reformas estructurales a fin de lograr un alto rendimiento en el sector laboral y frenar de esta manera los costos del despido. Se consideró que el sistema universal de protección social en la mayoría de los países de la región, que tradicionalmente habían regido la actividad laboral, no cumplía con las expectativas de desarrollo económico global pues no demostró un aumento de empleos y de inversión extranjera; sin embargo, las reformas instauradas en la región latinoamericana tampoco han cumplido con el objetivo de generar trabajo; por el contrario, sigue habiendo un evidente desempleo y una mayor

desprotección social, lo que entorpece el ejercicio de otros derechos y crea un factor poderoso de discriminación laboral.

Palabras clave: reforma laboral, justicia social y desempleo.

Resumo

A crise da economia mundial desde o início dos anos setenta se tornou reformas estruturais necessárias a nível mundial. países latino-americanos no início dos anos noventa, criou uma série de reformas estruturais, a fim de alcançar um alto desempenho no setor de trabalho e, assim, parar de disparar os custos. Considerou-se que o sistema universal de proteção social na maioria dos países da região, que tradicionalmente reguladas local de trabalho, não satisfazer as expectativas de desenvolvimento económico global porque não mostrou um aumento do emprego e do investimento estrangeiro; no entanto, as reformas implementadas na América Latina não tenham cumprido a meta de geração de trabalho; pelo contrário, continua a haver um desemprego óbvio e maior proteção social, o que dificulta o exercício de outros direitos, e cria um poderoso factor de discriminação no emprego.

Palavras-chave: reforma trabalhista, de justiça social e do desemprego.

Fecha Recepción: Marzo 2015

Fecha Aceptación: Octubre 2015

Introdução

No México, em 30 de Novembro de 2012, foi publicada no Diário Oficial o primeiro contributo substancial para a reforma da Lei Federal do Trabalho desde a sua promulgação em 1970. Um dos propósitos da reforma foi a necessidade de actualizar a legislação laboral

oficialmente permitindo que os trabalhos algumas horas e não por dias inteiros, e a conclusão da prova contratos, na opinião de especialistas em trabalho de parto facilita a demissão de trabalhadores.

Estas reformas em trabalho de parto foram concebidos sob a visão para aumentar a produtividade das relações de trabalho e promover a competitividade da economia, os elementos necessários para a inserção da economia mexicana no processo de globalização. Princípios como a segurança no trabalho, protecção dos trabalhadores contra os riscos de desemprego, na doença e na velhice foram considerados como obstáculos demasiado caro para a economia do país, que também prejudicam o processo de crescimento e desenvolvimento económico.

A este respeito, o governo federal insistiu que a reforma do direito do trabalho seria possível criar novos milhares de postos de trabalho. Tais reformas incluíram esquemas como:

- Oferecer novos tipos de contratos, que é criar condições para que mais pessoas podem ser integrados em postos de trabalho na economia formal.
 - Periods Teste.
 - Contratos Formação inicial.
 - Contratos Para o trabalho sazonal.
- Terceirização regular ou pessoal ou outsourcing.
- Proporcionar segurança jurídica aos mexicanos que vão trabalhar no exterior.
- Reconhecer as tecnologias da informação teletrabalho ou de teletrabalho usando.
- Incorporar a definição de trabalho decente promovido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o que é consistente com a definição de trabalho decente estabelecidos na Constituição.
- Promover melhores condições de trabalho para os grupos vulneráveis, tais como: casuais e trabalhadores de campo, nacionais e mineiros.
- Estabelecer um procedimento ágil e abreviada para negociar conflitos emergentes decorrente da segurança social.
- Considerar uma nova causa para despedimento sem prejuízo ao empregado quando o empregador exige que você realizar atos ou realizar ou ter comportamentos que prejudiquem ou violam a sua dignidade.

- Reforçar os direitos dos trabalhadores e promover a igualdade em instituir a figura da licença de maternidade.
- Definir o salário caíu o trabalhador ganhou em um processo de trabalho por despedimento abusivo perante a Câmara de Conciliação e Arbitragem será limitada a um ano e 2% aos 15 meses de salário do empregado (antes da reforma havia um limite para o pagamento de tais percepções).
- Melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores domésticos.
- Atualizar tabelas ou condições de trabalho e avaliação de incapacidades permanentes.

Embora a reforma visa manter a segurança social como um elemento importante nas novas relações de trabalho, em uma transformação do Estado de bem-estar desta natureza deve se concentrar em resolver os problemas de desigualdade e injustiça social. Actualmente, a nível mundial que estamos a viver uma grave crise económica, cujos efeitos ainda não é possível fornecer completamente.

Apresentação

Muitos apesar da terrível desemprego nos cidadãos de países se esforçam todos os dias para melhorar e elevar seus padrões de vida, no entanto, a crise económica que se vive a nível mundial, a pobreza, a falta de oportunidades e de despedimento na maioria dos países os latino-americanos são a principal razão para o conflito individual.

Por isso torna-se a justiça social importante como os meios para alcançar uma distribuição equitativa dos bens sociais, que tornam possível para as classes sociais mais desfavorecidos têm oportunidades de desenvolvimento. A justiça social deve ser também uma obrigação de todos os países para compensar as desigualdades que surgem na sociedade, como uma maneira de fortalecer os serviços e garantir esses direitos considerada essencial para os indivíduos para manter o padrão de vida necessária e ser membro de pleno direito da sociedade, tais como o acesso à saúde, nutrição, educação pública, habitação, trabalho, salário e um sistema de pensões que alcançar um padrão de vida decente.

Igualdade de oportunidades e bem-estar social são elementos fundamentais das sociedades que pretendem ser justo; Eles são possibilidades para um ser humano para ser ou fazer o que achar melhor, uma forma de justiça social que protege socialmente justa sistema em

que as pessoas têm as mesmas oportunidades de acesso ao bem-estar social e os mesmos direitos sociais. No entanto, a injustiça social tornou-se um problema global que tem caído bem-estar preocupante económico e social de muitas pessoas, impedindo o pleno desenvolvimento de cada indivíduo e influenciar os modos de vida dos doentes. Von Stein (1949, p. 37) exerceram uma grande influência em meados do século XIX, na Alemanha, quando ele argumentou que o estado de bem-estar foi uma forma concreta para evitar a revolução.

Hoje, antes da adopção da Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da OIT e da implementação de acordos de livre comércio, a necessidade de respeitar os direitos, sem dúvida, fundamentais no trabalho, a fim de permitir o desenvolvimento surge uma feira de negócios.

A Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da OIT, adotada em 1998, compromete os Estados-Membros a respeitar e promover os princípios e direitos em quatro categorias, ou não ratificado as convenções pertinentes. Essas categorias são:

1. A liberdade de associação ea liberdade de associação eo reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva.
2. A eliminação do trabalho forçado ou obrigatório.
3. A abolição do trabalho infantil.
4. A eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

A reforma trabalhista no México estabelecido para manter o conceito de trabalho decente como um princípio jurídico das normas laborais do Estado mexicano, que tem lugar num momento em que o prevalecente crise econômica internacional que tem contribuído para o número de desempregados aumentar consideravelmente.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) disse em seu projeto de perspectivas sociais e de emprego no mundo. Trends 2016, que o mundo está mostrando sinais de fraqueza e crescimento económico decepcionante, que antecipa que durante 2016 e 2017 será um abrandamento da economia resultará em um aumento no cenário de desemprego que o México não é estranho.

O relatório prevê que o nosso país terminar este ano com 2,4 milhões de desempregados, o que não diminui em 2017, porque nesse ano espera o mesmo número de pessoas fora do trabalho é mantida.

No entanto, os resultados da Pesquisa Nacional de Ocupação e Emprego (valores relativos ao primeiro trimestre de 2015) pelo Instituto Nacional de Estatística e Geografia, revela que no México subemprego está aumentando porque as pessoas que procuravam emprego adicional entre abril e junho 2015, totalizou 4,2 milhões, equivalente a 8,3% dos ocupados, maior do que o mesmo período em 2014, que foi de 8,2%, ou seja, proporcionalmente, 150.000 trabalhadores foram adicionados.

Estas categorias de trabalhadores geralmente sofrem altos níveis de insegurança, e desde a trabalhar nessas condições geralmente têm acesso limitado para acessar sistemas de protecção social.

Segurança social e trabalho decente

Segurança social abrange todas as condições que oferecem benefícios, seja em dinheiro ou em espécie, para garantir a assistência em caso de:

- a. Não espere que um salário em caso de: maternidade, invalidez, doença, acidentes e doenças profissionais, desemprego, velhice e morte de um membro da família.
- b. A falta de acesso ou acesso inadequado a cuidados de saúde.
- c. Apoio familiar insuficiente, especialmente para as crianças ou adultos dependentes.
- d. A pobreza ea exclusão social.

Trabalho decente, por outro lado, significa que as pessoas em suas vidas profissionais aspiram a alcançar bem-estar social para desfrutar de uma boa qualidade de vida, que envolve a oportunidade de aceder a empregos decentes para gerar uma renda justa, segurança no local de trabalho e protecção social para as famílias, melhores perspectivas de desenvolvimento pessoal e integração social, a estabilidade no emprego e na igualdade de oportunidades para homens e mulheres. Outra definição mais a qualidade de vida é como se segue:

É um estado de satisfação geral derivado da realização do potencial da pessoa. Ele tem aspectos subjetivos e objetivos. É uma sensação subjetiva de bem-estar físico, psicológico e social. É incluído como aspectos subjetivos de intimidade, expressão emocional, segurança percebida e objetivo de saúde. Como aspectos objetivos são o bem-estar material, relações harmoniosas com o ambiente físico e social e da comunidade, bem como a saúde objetivamente percebido (Ardila, R. 2003, en Antúñez, S. T., 2014, p.3).

Emprego produtivo e trabalho decente são componentes essenciais para alcançar uma redução de globalização e pobreza justo. O estado de bem-estar, em seguida, implica o respeito pelos direitos que uma pessoa precisa para desfrutar de uma boa qualidade de vida, uma vida tranquila, um estado de satisfação como ter um emprego decente, um salário justo que atenda às necessidades básicas, habitação, acesso à educação e saúde.

A importância do trabalho digno para o desenvolvimento sustentável foi salientada na Agenda 2030 Sustainable Development Goal 8, e cuja finalidade é promover sustentado, inclusivo e sustentável, integral e emprego produtivo e de crescimento do emprego decente para todos.

Mas a injustiça social é um fenômeno global que tem caído preocupante a vida de muitas pessoas. Esta situação impede o pleno desenvolvimento de cada indivíduo e determina o modo de vida dos doentes. Neste sentido, a ausência de um verdadeiro estado social de direito como uma forma de organização política, económica e social destinada a obter a justiça social e dignidade humana através da observância dos funcionários públicos aos direitos sociais e deveres de ordem constitucional é clara, eliminar ou reduzir os efeitos da desigualdade social na maioria da população.

Resultados da reforma laboral

O objetivo inicial da reforma trabalhista para tornar o mercado de trabalho mais mexicanos e facilitar a geração de mais e melhores empregos formais para satisfazer as necessidades mais básicas de mexicanos, está longe de ser cumpridos.

No México, como em muitos países da América Latina, a pobreza está ligada à falta de oportunidades, ou seja, muitos cidadãos não têm chance de encontrar um emprego bem pago suficiente. Durante dez anos, a taxa de desemprego tem crescido de forma alarmante, o que também causou um aumento da informalidade e falta de proteção social.

Com a crise econômica global não é susceptível de gerar novos postos de trabalho são observadas, pois além de os responsáveis pelas políticas públicas não tem certeza de como criar postos de trabalho por causa da globalização, inovação tecnológica e terceirização estão induzindo mudanças na economia mundial, perturbar as estruturas dos mercados de trabalho nacionais.

De acordo com dados compilados pelo Instituto Nacional de Estatística e Geografía (INEGI), durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2014, a taxa de desemprego dos jovens entre 20 e 24 anos de idade foi de 9,2%, o que representa um elevado nível de inactividade.

Uma realidade que não pode ser escondida é que os jovens actualmente a sofrer com esta crise de emprego e, portanto, são forçados a criar suas próprias fontes de emprego e renda, o que naturalmente são informal. A Pesquisa Nacional de Ocupação e Emprego de 2013, registra que 32,3% dos jovens do país têm emprego informal que lhes permite ganhar uma renda.

A maioria das pessoas entrar na economia informal fazê-lo porque eles estão em uma situação de necessidade, de modo a tentar sobreviver e ganhar acesso a actividades geradoras de rendimentos para satisfazer as suas necessidades mais básicas. Além disso, a economia informal é caracterizada por uma aguda escassez de trabalho decente e uma parcela desproporcional de trabalhadores pobres.

Alguns dados do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2013: Emprego, o Banco Mundial, argumentam que a economia informal é caracterizada por uma aguda escassez de trabalho decente e uma parcela desproporcional de trabalhadores pobres. É verdade que algumas atividades na área da economia informal pode fornecer condições de vida e rendimento razoável, mas a maioria das pessoas que trabalham neste tipo de economia estão expostos a condições de trabalho inadequadas e inseguras e têm altos níveis de analfabetismo, oportunidades pouco qualificados e de baixa formação; a renda que ganham não são regulares ou seguro, trabalhar mais horas e não têm acesso à segurança social.

O crescimento excessivo da economia informal levou a:

- a. A expansão dos empregos precários e de baixa produtividade.
- b. Falta de estabilidade no emprego.
- c. Uma das principais fontes de insegurança, a pobreza e os baixos níveis de produtividade.
- d. Obstáculos ao desenvolvimento económico e social.
- e. O imposto de renda mais baixas, o que limita a capacidade do Estado para atender às necessidades de justiça social para os cidadãos.
- f. Para ser colocado fora do sistema de segurança social, permitindo que um grande segmento da população activa nestas condições continuam marginalizados da protecção social.

De acordo com os resultados da Pesquisa Nacional de Ocupação e figuras de emprego para o segundo trimestre de 2015 revelam que os dados "sazonalmente ajustado," tanto a taxa de informalidade como a taxa de emprego neste sector registou um crescimento de 0,1 pontos percentuais em comparação com o trimestre anterior; 6 em cada dez pessoas trabalham sem segurança social, de acordo com registros do Instituto Nacional de Estatística e Geografia.

Nesta situação de aumento do desemprego no México, o crescimento da economia informal e atividades gerando assim fora da lei é clara. Assim, o trabalho digno inclui bem-estar social a que aspiram as pessoas durante a vida activa. Isso significa a oportunidade de obter um emprego digno e produtivo para gerar um rendimento justo, estabilidade no emprego, a protecção social para as famílias e as melhores perspectivas para o desenvolvimento pessoal e integração social.

Neste contexto, novas formas de contratos de trabalho no México não melhoraram ou aumentaram as taxas de emprego, tal como explicado no preâmbulo à iniciativa, dizendo que "as mulheres mais jovens e podem ter mais oportunidades acesso a empregos de emprego ea tempo parcial".

O direito de estabilidade no emprego também viola a novas formas de contratos temporários porque o princípio de permanência é eliminada, enquanto a questão do trabalho persiste e está dependente das funções desempenhadas são da mesma natureza.

No que diz respeito aos salários como um fator que influencia o nível de vida dos trabalhadores deve ser considerado em primeiro lugar existia, e ainda existe, uma crise económica a nível global e nacional desde antes de ter sido aprovada a reforma trabalhista no México (2012) , a crise tem, obviamente, deteriorou-se drasticamente o poder dos salários de compra.

O salário mínimo, de acordo com o direito internacional e mexicana, deve ser suficiente para uma família de quatro pessoas, em média, e não apenas para um. Na secção VI do artigo 123, da Constituição dos Estados Unidos Mexicanos afirma que o salário mínimo geral deve ser suficiente para satisfazer os requisitos normais de um chefe de família no material, ordem social e cultural, e para proporcionar educação obrigatória para as crianças. É amplamente conhecido que o acima no México não é cumprida, apesar de ser uma disposição constitucional.

O salário mínimo no México, conforme documentado na seção anterior, é a mais baixa na América Latina. Em uma das mais recentes edições do Relatório Salário Global, da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2013, p. 42), salientou que no México o salário mínimo está abaixo dos níveis do mercado, mesmo para trabalhadores não qualificados.

A deterioração dos salários é tão óbvio que a OCDE informou que no México o mais baixo entre todos os países da agência é pago salário mínimo. O México é também o país da OCDE que gasta menos em políticas activas de emprego. medidas de activação eficazes ajudar a conectar as pessoas desempregadas e inactivas com postos de trabalho e pode desempenhar um papel fundamental na redução da inatividade. Para atingir estes objectivos, as políticas de activação necessário reforçar a motivação para procurar trabalho e melhorar a empregabilidade das pessoas que procuram um emprego e disponíveis oportunidades (OECD, p. 2015). Outro aspecto interessante levantado no momento da iniciativa de reforma da Lei Federal do Trabalho e é agora uma realidade, é o fato de definir um limite para a geração de perdedores para combater ações práticas irregulares prolongar salários.

Os princípios gerais de direito do trabalho apontam que as regras do trabalho tendem a alcançar o equilíbrio ea justiça social nas relações entre trabalhadores e empregadores, que o trabalho é um direito e um dever social, que não é um artigo de comércio, e Ela exige o respeito pelas liberdades e dignidade do trabalhador.

O trabalho é um bem comum, que deve estar disponível para aqueles que demonstram competência para fazê-lo. O pleno emprego é, portanto, uma obrigação para cada sistema económico orientado para a justiça objetiva e do bem comum. Uma sociedade onde o direito ao trabalho é cancelado ou sistematicamente negado e onde as medidas de política económica não consintam aos trabalhadores para atingir padrões satisfatórios de vida, não pode obter sua legitimidade ética e alcançar a justiça social.

Que estão desempregados ou subempregados sofrer consequências na verdade profundamente negativos que esta condição ocorre na personalidade e risco de ser deixado de fora da sociedade e de se tornarem vítimas de exclusão social.

O que acontece quando um trabalhador é despedido de seu trabalho?

O artigo 48 da Lei Federal do Trabalho afirma a este respeito que, se o julgamento correspondente ao padrão não mostra a causa da rescisão, o empregado tem direito a receber o pagamento de salários em atraso desde a data do despedimento até por um período até doze meses em termos das disposições da última parte do parágrafo anterior. Se no final do prazo fixado no parágrafo anterior não encerrou o processo ou não respeitou o prêmio, que será paga ao trabalhador o interesse gerado na quantidade de quinze meses de vencimento, a uma taxa de 2% ao mês, agravado no momento do pagamento. As disposições do presente número não se aplica ao pagamento de compensação ou outros benefícios. Vale ressaltar que o pagamento dos salários tem um efeito de reparar o dano causado ao trabalhador, ou seja, o trabalhador é pago o que ele não recebeu porque ele foi demitido injustificadamente.

Essa alteração foi feita com base em que o processo de trabalho não está a esgotar-se (nem se esgota, porque em alguns locais o procedimento lento continua a ser uma constante) de forma rápida e seu desenvolvimento poderia levar até seis ou oito anos de Daí casos de trabalho acabam por tanto tempo e que quando eles condenaram o empregador recorrida no pagamento de salários atrasados, este teve que cobrir o pagamento de todos os anos de

salários levou o julgamento, causando um impacto econômico que poderia até mesmo levá-lo à falência .

Embora a reforma inclui medidas de coação para aqueles notoriamente dilatar o procedimento através da promoção de recursos, diligências, incidentes e oferecendo evidências, mesmo que o atraso é causado pela autoridade, procedimento de trabalho nos conselhos de conciliação e arbitragem segue é um processo lento.

Os fins previstos no preâmbulo da reforma trabalhista para evitar, por um lado, o impacto econômico sobre os empregadores que são processados por seus trabalhadores por despedimento ilícito e são posteriormente condenadas na adjudicação de salários em atraso e, o outro, para tentar diminuir ensaios tempo processuais realizadas antes conselhos de conciliação e arbitragem, não são cumpridas. funcionários de trabalho reconhecer que eles foram ultrapassados no que diz respeito aos recursos de carga de trabalho e humanos são insuficientes para enfrentar e resolver em menos exigências de tempo que se acumulam a cada dia em suas mesas.

Esta situação pode desencorajar os trabalhadores de reivindicar os seus direitos ou fazer a necessidade urgente para que eles tenham recursos de subsistência econômicos, eles são forçados a aceitar acordos econômicos ilegais, afetando o direito dos trabalhadores para desfrutar de justiça social e eliminando o caráter social do direito do trabalho.

A situação de trabalho no México hoje é que muitos cidadãos vivem cena dolorosa, longe da justiça social e em grande parte causada pelo desemprego, condições de trabalho inseguro e instável, os baixos salários, discriminação, não observância das normas laborais, tudo o que invalida qualquer possibilidade de que você precisa para ter uma vida digna e, conseqüentemente, cria tensão entre a classe trabalhadora, porque as demandas de seu ambiente de trabalho exceder sua capacidade de lidar ou mantê-los sob controle.

A relação entre desemprego e estresse

estresse estresse derivado do conceito Inglês, que refere-se a (Real Academia Espanhola, 2014, p. 976) "causado por situações avassaladoras que causam reações psicossomáticas ou distúrbios psicológicos graves, por vezes, de tensão." Outra definição refere-se ao stress como "status de um indivíduo, ou qualquer de seus órgãos ou dispositivos que exigem um

alto padrão de desempenho coloca-los em risco de adoecer" (Canda, MF et al, 2002, pp .. 112 e 113). No especialista sobre os estados de tensão trabalho assunto:

É uma resposta individual e o resultado negativo de um desequilíbrio entre a pressão e a capacidade da pessoa para lidar. Stress é a forma como as pessoas se sentem quando você tem muita pressão: ele tem um nó no estômago, tensão nos ombros, incapacidade de dormir, problemas de comportamento e assim por diante. Estes são os sinais físicos, mentais e sociais que já não é capaz de lidar (Williams, E. y Cooper, L. 2002, p. 6).

O stress no trabalho é um padrão de reações que ocorrem quando os trabalhadores enfrentam requisitos profissionais que não correspondem aos seus conhecimentos, competências ou habilidades e desafiá-los a lidar com a situação. Quando há um desequilíbrio entre demandas e recursos do ambiente e pessoal com a contagem trabalhador, em seguida, uma série de reações que podem incluir presentes: respostas fisiológicas (frequência cardíaca aumentada ou pressão arterial, hiperventilação e secreção hormonal "estresse", como adrenalina e cortisol); respostas emocionais (por exemplo, se sentindo nervoso ou irritado); cognitiva (por exemplo, redução ou limitação de atenção e memória) e reações comportamentais (por exemplo, agressividade, comportamento impulsivo, cometer erros) (Houtman, I., Jettinghof e Cedillo K., L., 2008, respostas p. 10).

Consequências do stress.

Os efeitos do estresse em níveis muito baixos são positivos como eles são mecanismos que conduzem a ação; em níveis elevados são negativos, os mais comuns:

- a. *Alcoolismo comportamental, propenso a acidentes, vícios e comportamento impulsivo.*
- b. *Subjetivo: agressividade, depressão, fadiga, frustração.*
- c. *Cognitiva: falta de concentração, falta de tomada de decisão, bloqueio mental.*
- d. *Psicológica: hipertensão, taquicardia, doenças psicossomáticas.*

- e. *Organizacional: absentéismo, baixa produtividade, falhas e erros, insatisfação e falta de compromisso* (Münch, L., 2005, p. 124).

Stress sentido e expresso em suas várias formas representa um conjunto de estados e traços de personalidade que reduzem, inibem ou bloqueiam o potencial dos trabalhadores para executar com eficiência e eficácia no seu ambiente de trabalho, uma vez que estas experiências afetam a saúde mental e bem-estar dos funcionários; saúde mental compreendido:

A capacidade de projetar, criar, produzir, conviver com o meio ambiente e seus pares, satisfazer suas necessidades básicas, cultivar a amizade e promover a paz, criar empatia, amor, amar e ser amado, para superar suas falhas; mas acima de tudo, desfrutar de seus sucessos, se divertir, ser feliz e compartilhar essa felicidade com a família e amigos (Antúnez, S.T., 2010, p. 4).

Um trabalhador que salvou os seus direitos beneficiando a segurança no emprego, você tem a renda para satisfazer as necessidades básicas de sua família, gozando de boa saúde física e mental, isto é, com ou sem os baixos níveis de estresse, vai chegar a tempo para o seu local de trabalho, será realizada com otimismo durante as horas de trabalho, ele vai agir de forma eficiente e responsável, estará contribuindo para o cumprimento dos objetivos estratégicos da empresa, que será refletida na produtividade e garantir que ele tenha estabilidade, crescimento e continuidade.

Conclusão

A análise das reformas trabalhistas no México e sua relação com a justiça social, pode chegar às seguintes conclusões:

Não ficou claro que a reforma trabalhista está a contribuir para o crescimento económico do país; pelo contrário, há mais desigualdade e vulnerabilidade entre a população de baixa renda. Nem demonstrou uma geração de mais e novos postos de trabalho; pelo contrário, estes diminuíram e as que existem são temporários e de baixa remuneração, o que impede os trabalhadores satisfazer suas necessidades básicas e aspiram a viver com dignidade. A

tendência é para aumentar a economia informal sem segurança social. Com o aumento da economia informal e do subemprego, acesso à segurança social não é garantida.

A reforma da Lei do Trabalho Federal no México está gerando uma reversão dos ganhos obtidos a partir das lutas dos movimentos sociais diminuiu porque os parâmetros de respeito e observância do trabalho de direitos humanos.

Baixa renda ou insuficiente de trabalhadores dificultar o seu acesso a serviços básicos de saúde física e mental; Além disso, o desemprego gera tensões difíceis de lidar, resultando em estresse negativo que pode complicar a estabilidade mental e emocional, sinal característico dos transtornos mentais associados com ambas as más condições de trabalho e desemprego. Além do último é a ameaça de desânimo, desvalorização, baixa auto-estima, isolamento e, em casos extremos, até mesmo depressão.

Bibliografía

- Antúnez, S.T. (2010). La salud mental con Aguirre. Propuesta de Programa de Gobierno. Documento en archivo electrónico.
- Antúnez, S. T. (2014). Ensayo: la salud mental y la calidad de vida. Documento en archivo electrónico.
- Avante, J. R. (2013). Apuntes para conocer la Reforma a la Ley Federal del Trabajo [en línea], Secretaría del Trabajo y Previsión Social, México, consulta: 2/06/2016, disponible en: <http://ordenjuridico.gob.mx/Publicaciones/Libros2013/laboral-2013-web.pdf>
- Banco Mundial. Informe sobre el desarrollo mundial 2013: Empleo. http://siteresources.worldbank.org/EXTNWDR2013/Resources/8258024-1320950747192/8260293-1322665883147/Overview_Spanish.pdf
- Canda, M. F. et al. (2002). Diccionario de Pedagogía y Psicología, Madrid, Editorial Cultural.
- De la Garza, T. E. (Coord.) (2012). La situación del trabajo en México: el trabajo en la crisis, México, Plaza y Valdés.
- Evolución del Mercado Laboral en México, Paris, Recuperado de: http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/employment/oecd-employment-outlook-2015_empl_outlook-2015-en#page4
- Houtman, I., Jettinghoff, K. y Cedillo, L. (2008). Sensibilizando sobre el estrés laboral en los países en desarrollo. Un riesgo moderno en un ambiente de trabajo tradicional. Consejos para empleadores y representantes de los trabajadores, Organización Mundial de la Salud. Documento en archivo electrónico.
- Ley Federal del Trabajo. Diario Oficial de la Federación, noviembre 30 de 2012.
- Münch, L. (2005). Administración de capital humano. La gestión del activo más valioso de la organización, primera edición, México, Editorial Trillas.
- Organización Internacional del Trabajo (2016). Perspectivas sociales y del empleo en el mundo. Tendencias 2016, Ginebra, OIT.

Real Academia Española (2014). Diccionario de la lengua española, vigésimotercera edición –edición del tricentenario-, México, editorial ESPASA.

Indicadores de ocupación y empleo 2016, Recuperado de:
<http://www3.inegi.org.mx/sistemas/temas/default.aspx?s=est&c=25433&t=1>

Instituto Nacional de Estadística y Geografía. Indicadores de ocupación y empleo 2016, (INEGI)

<http://www3.inegi.org.mx/sistemas/temas/default.aspx?s=est&c=25433&t=1>

Instituto Nacional de Estadística y Geografía, Resultados de la Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo (cifras durante el primer trimestre de 2015) en <http://www.inegi.org.mx/>.

Williams, E. y Cooper, L. (2004). Manejo del estrés en el trabajo. Plan detallado para profesionales, México, Editorial El Manual Moderno.